

# Praça d'Aclamação, 56: A Escola Normal Republicana<sup>1</sup>

*Heloisa Helena Meirelles dos Santos* (\*)

## Por trás das janelas

A Escola Normal, com visão privilegiada da rua através de suas inúmeras janelas, ocupou o endereço da Praça d'Aclamação, 56 – na esquina das ruas de São Pedro e São Joaquim – a partir de 1888.<sup>2</sup> Esta localização possibilitava que os acontecimentos, à sua frente, fossem não só observados, mas deles se fizesse parte.

O prédio da Escola Normal era imponente, embora acanhado se comparado ao construído em 1927<sup>3</sup>, mas sóbrio e majestoso, como convinha a um estabelecimento público de uma cidade onde tudo – ou quase tudo – deveria assemelhar-se a Paris.

Possuía dois andares, a que se tinha acesso, conforme fotografias no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, por escada interna de madeira e por escada externa de ferro, como era usual nas construções da época. Dispunha de muitas janelas com pequena sacada de frente; pelo menos duas, em cada sala interna. Esse detalhe arquitetônico permitia ampla visão do que acontecia na rua.

---

<sup>1</sup> O presente artigo consiste em uma versão adaptada do texto apresentado no VI Seminário Internacional REDES (As Redes Educativas e as Tecnologias Práticas/Teorias Sociais na Contemporaneidade), realizado em junho de 2011, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

(\*) Doutoranda e mestre em Educação pela Uerj, supervisora educacional da Faetec, aposentada. Criou o Centro de Memória Institucional (Cemi) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – Iserj/Faetec. E-mail: helohmei@gmail.com .

<sup>2</sup> Atual Praça da República, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Foi um depósito de lixo e esgoto colonial, sobre o terreno alagadiço aterrado pelo Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil. No início do século XVIII, ainda era um campo de cajueiros e ficava fora da cidade, que terminava na Rua da Vala, hoje Uruguaiana. Nesta época chamava-se Campo de São Domingos. Mais tarde, passou a chamar-se Campo de Santana. A partir de 1822, por ordem de D. Pedro I, passou a ser o Campo da Aclamação, devido ao fato histórico da Aclamação do Primeiro Imperador do Brasil, ocorrida em 12 de outubro de 1822. Em 1831, possuía três nomes: era para uns o Campo de Honra; para outros o Campo da Regeneração e ainda o Campo da Liberdade. Em 1889, com a Proclamação da República, passou a ser finalmente a Praça da República. No século XIX, a praça separava a "Cidade Nova" da "Cidade Velha". Em 1873, foi reurbanizada, sendo demolido um antigo chafariz de 1818 e as casas humildes de trabalhadores. Em 1870, existia na praça um grande picadeiro, onde os candidatos a cocheiro de tálburis aprendiam o ofício e prestavam exames. Na época da Proclamação da República, nela morava próximo o Marechal Deodoro da Fonseca, numa casa ainda hoje preservada pelo Exército (Cardeman e Cardeman, 2004; e Cavalcante, 2004, p. 103).

<sup>3</sup> Em 1927 o Prefeito Pereira Passos comprou um terreno na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro, para ali erguer a Escola Normal do Distrito Federal (CEMI. Escritura de venda do terreno à Rua Mariz e Barros, 273, Freguesia do Engenho Velho, 1927; CEMI. Planta arquitetônica da Escola Normal, 1928).

À entrada da Escola Normal, designada por grandes letras em pedra a encimar o edifício, um jardim com poucas árvores ladeava a construção. Era um jardim bem tratado e acolhedor, e ajudava a separar os espaços da edificação e da rua. A rua é um *fator de vida* (...),[mas] *comete crimes* (...), *desvaria a noite* (...), *treme com a febre dos delírios* (...) (João do Rio, 1995, p. 5), por isso devia afastar-se, ainda que por pequeno portão e algumas árvores, de um edifício que mais do que educar, civilizava.

A localização e as inúmeras janelas do prédio fizeram da Escola Normal uma fonte de informações, ainda que a isso não se habilitasse, e parte do intrincado processo noticioso da imprensa no Rio de Janeiro do século XIX, que incluía *a Rua do Ouvidor* (...) *a casa do Moutinho ou do Bernardo, a casa do Desmarais ou do Garnier*, [que eram] *verdadeiras estações telegráficas* (Machado de Assis, 1873, p. 107).

No meio dos acontecimentos daquele dia 15 de novembro de 1889, na Praça d'Aclamação, estava o ex-professor e ex-diretor mais antigo da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Ele foi saudado e carregado nos braços como o foi, também, Quintino Bocayuva. Ambos republicanos, defensores de tipos de república completamente diferenciadas. Regime republicano que estava, naquele momento, se implantando como instituição política brasileira.

Das janelas, professores e alunos da Escola Normal tinham impressões diferenciadas: alguns alunos acreditavam ver na Praça um desfile em que várias instituições estavam representadas. Outros pensavam que era mais uma confusão dos agitados alunos da Escola Militar, que aos gritos clamavam por república; os professores, ansiando por novos tempos, sonhavam com a volta de sua Congregação, extinta em 1888, e do poder político que ela proporcionara a cada um. Desejavam que, do tumulto, surgisse algo que levasse à república, a que praticamente todos já tinham aderido em consciência.

No dia seguinte ao burburinho e à agitação, os professores da Escola Normal, em sua maioria republicanos, apesar de um amplo círculo de relações monarquistas, saudaram as novidades: a República chegara. Afinal, era o que se dizia pela cidade do Rio de Janeiro depois dos inflamados discursos de Lopes Trovão e de José do Patrocínio, na Câmara, defendendo o novo regime. Era o fato que presenciaram na Praça d'Aclamação, por trás das inúmeras janelas da Escola Normal, no dia 15 de novembro de 1889, desde cedo. Era este o falar das ruas nas esquinas, nos quiosques, nos *bonds*, ou de quem estava só passando

despreocupado pelo centro da cidade, possivelmente como o Conselheiro Aires<sup>4</sup>, que passava pela Praça a caminho da Rua do Ouvidor, achando estranhas, naquele dia, as pessoas e as suas atitudes.

A pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. Ouviu umas palavras soltas, *Deodoro, batalhões, campo, ministério*, etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele, a ver se lhe despertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias. Não juro que assim fosse, porque o dia vai longe, e as pessoas não eram conhecidas. O próprio Aires, se tal coisa suspeitou, não a disse a ninguém; também não afiou o ouvido para alcançar o resto. Ao contrário, lembrando-lhe algo particular, escreveu a lápis uma nota na carteira. Tanto bastou para que os curiosos se dispersassem, não sem algum epíteto de louvor, uns ao governo, outros ao exército: podia ser amigo de um ou de outro. Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra (Machado de Assis, 1994, p. 73).

A Escola Normal ficava ao lado do ponto do *bond* que fazia a curva na Praça da Aclamação, recordado pelo escrivão Isaías Caminha<sup>5</sup> que sempre tomava assento ali ao sair do trabalho: “o veículo ia-se enchendo: meninas da Escola Normal, cheias de livros, de lápis e de régua; funcionários de roupas surradas; pequenos militares com uniformes desbotados” (Lima Barreto, 1917, p.65). Este local privilegiado para alunos, professores e funcionários, dera, a cada um deles, uma versão para que os seus olhos viram e, provavelmente, para o que os jornais estampavam em primeira página, no dia seguinte.

A Escola Normal fora para este endereço em 1888<sup>6</sup>, após algumas alterações no projeto arquitetônico original da extinta Escola Primária Mista da Freguezia de Sant’Anna, de modo a abrigar uma escola formadora de professores primários. Era um prédio suntuoso, como o eram aqueles das escolas primárias do período. Tinha um anexo, onde passou a funcionar o ensino primário, centro das aulas práticas dos futuros professores. Por isso a praça, provavelmente, estava sempre cheia com o vaivém dos alunos do primário, dos

---

<sup>4</sup> Personagem de Machado de Assis (1839-1908) em duas obras: *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

<sup>5</sup> Personagem de Lima Barreto (1881-1922) na obra *Recordações de Isaías Caminha* (1917).

<sup>6</sup> A Escola Normal da Corte, ao ser criada ocupou salas da Escola Politécnica. Em 1888 foi transferida para a escola primária da Praça da Aclamação, que fora extinta.

normalistas e dos professores, razão pela qual era ali que começava, ou se “esquentava”, um “diz-que-diz”.

A Escola ocupava, então, um local da cidade onde se demarcava sua posição social e a forma como se representava no campo intelectual: tudo que ali acontecia, interessava a quem sabia ler. O caso, por exemplo, descrito em *O Paiz*, em junho de 1899, sob o título *Escola Normal*, comenta que o Professor Narciso Figueira Faria teria dito *palavras grosseiras* a uma aluna; a denúncia do *Jornal do Commercio* que reclamava do cumprimento do programa da Escola Normal; o sensacionalismo do jornal *A República* que divulgou, em 1897, com estardalhaço, que uma aluna da Escola teria contraído matrimônio com um homem que já era casado; absolutamente tudo interessava: quer acontecesse na escola, na rua, ou que se pudesse ver ou supor.

A imprensa foi importante para reter as lembranças que se desejava fossem retidas, colocando os recursos da memória coletiva a serviço das sutilezas e detalhes, que vistos ou supostos, interessavam fossem lembrados na memória republicana (Halbwachs, 1990). O dia seguinte da mudança de regime, por isso, foi pródigo de manchetes anunciando ao Rio de Janeiro e ao Brasil que a monarquia fora deposta e a república instaurada.

Para os oito sobreviventes da Congregação de professores da Escola Normal, extinta em 1888, João Carlos de Oliva Maya, Pedro Severiano de Magalhães, Carlos Ferreira França, Eugenio Guimarães Rebello, Balthazar Bernardino Baptista Pereira, Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, Eugenio de Barros Raja Gabaglia e José Gurgel do Amaral Barbosa, a anúncio da república, que observaram, representava a esperança de dias melhores para os intelectuais, que todos eles eram. A manifestação explícita de uma ideia discutida, acalentada e, para eles, politicamente necessária, ainda que pautada em interesses diferentes e conflitantes (Santos, 2008).

### **Razão dos sonhos**

A Escola Normal, desde 1881, quando seus professores, em Congregação, elaboraram seu novo Regulamento, acreditava fazer parte do processo civilizador em curso e de um grupo diferenciado no campo intelectual, pela posse do conhecimento de como formar professores primários. Esta era sua autoimagem (Bourdieu, 2007). No novo regime que começava, a república, os professores além das expectativas de provável legitimidade com que sonhavam, desejavam permanecer como parte do processo civilizador em curso desde o

outro regime, não só porque as afinidades os impeliam, mas porque era o que sua autoimagem projetava.

Para os professores, era importante que continuassem associados ao projeto nacional que modernizava o país, industrializando-o e fazendo uso das novas tecnologias que se apresentavam. Mas, principalmente, era importante aliá-los à política de educar o povo em modos e posturas ditas civilizadas, ainda que sob a coerção educacional ou da lei.

Mudando o regime, ou não, o objetivo da Escola Normal, a única habilitada a formar os professores primários que ministravam aulas nas escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, era o mesmo: ensinar a civilidade. Só assim o país progrediria, só assim seriam obtidas as condições de um lugar civilizado como Paris. Educar ensinando a ensinar as letras, os números, a história e tudo que compunha o currículo da Escola Normal, era pouco. Ensinava-se ali a civilizar. Mas, o que era civilizar?

A civilidade pode ser entendida, neste período conturbado de instalação do novo regime republicano, como um resquício, ainda, de uma sociedade rural, escravocrata, oriunda de um Estado monárquico, com uma população analfabeta. Eram esses vestígios que faziam com que a cidade fosse suja e fétida: eram negros, ex-escravos, chamados tigrês, a carregar pelas ruas o excremento das casas; eram imigrantes que chegavam à cidade e, por falta de moradia ou em virtude do alto custo das que existiam, se apinhavam nos cortiços à beira mar; era o leite tirado da vaca à frente do freguês, no centro da cidade.

A civilidade que se pretendia desde o Império, era lenta e gradual (Carvalho, 2007), e é entendida, aqui, também, como coerção de atitudes, não só como práticas burguesas europeias de viver. A coerção, neste caso, vai surgir depois, quando de fato se forem implementando, no Rio de Janeiro, a coerção de costumes tradicionais que passam a ser revestidos e encarados como primitivismo colonial, avesso às modernidades da industrialização. Subproduto desta coerção foram as derrubadas dos cortiços (o que começa em 1893, com o *Cabeça de Porco*); foi a normatização de posturas urbanas pelas leis do Distrito Federal. Com ela vieram o agravamento das greves e as perseguições acirradas aos capoeiras. Resquícios, muitos, de uma sociedade escravocrata.

Como tornar o povo civilizado? Era a preocupação do regime republicano de modo a consolidar-se e ao mesmo tempo aparecer para o mundo. Às escolas, representação da estrutura social no espaço educativo, cabia a tarefa de, pela instrução, trazer a civilidade. Aos professores, os executores do processo, competiam o esforço patriótico de serem os

*construtores da nação.*<sup>7</sup> Mas todo esse processo seria talvez mais simples se o país tivesse professores. Quem eram aqueles que ministravam aulas? Eram, em sua maioria, homens probos que ensinavam a ler, escrever e contar, sem preparação para tal. Ensinavam o que sabiam. Cabia à Escola Normal formar os que civilizariam, com preparação específica de educar.

### **Missão civilizadora**

A Escola Normal da Capital Federal, sucedânea em denominação, da Escola Normal da Corte,<sup>8</sup> incorporou desde 1880, por meio do grupo de intelectuais que eram os seus professores e pertenciam à sua Congregação, esta missão civilizadora de tal forma que, apesar das alterações políticas contextuais que foram existindo neste percurso, criou tensões e embates, pelo que considerava, possivelmente, desvios da meta de civilizar a ser atingida.

A necessidade de construir uma nação civilizada tem sido tratada pela historiografia da educação (Gondra & Schueler, 2008; Neves, 2003; Gomes, 2002; Oliveira, 1990) como projeto central dos regimes imperial e republicano, ainda que o desdobramento dessa política, na prática, possibilite que possamos diferenciar suas estratégias. Por isso, o sentimento patriótico de pertencimento esteve sempre, não importa quais os regimes, no âmago da questão. Este sentimento tinha de ser disseminado e mais que isso, apreendido, de tal forma que se constituísse um povo e este, por consequência, uma nação. Neste aspecto, que outra instituição poderia levar avante esta missão, senão a Escola Normal de formação de professores “civilizadores”?

Os professores da Escola Normal, os que formariam os “civilizadores”, eram intelectuais, de formação diversa, com uma extensa rede de sociabilidade. Eram em sua grande parte jornalistas ou escritores, fazendo das palavras – fossem elas ditas ou escritas – uma das estratégias de que se valiam para tornarem-se conhecidos e cada vez mais legitimados como integrantes não só do campo intelectual, mas de um grupo diferenciado dentro deste campo como conhecedores – legitimados – da formação de professores primários.

---

<sup>7</sup> Expressão cunhada por Angela de Castro Gomes em *A escola e republicana: entre luzes e sombras* (2002).

<sup>8</sup> O governo republicano, de modo a apagar da memória o regime monárquico, deu nova denominação a algumas instituições, como a Escola Normal da Corte, que passou a chamar-se Escola Normal da Capital Federal (até 1892); ao Colégio Pedro II, que passou a chamar-se Ginásio Nacional; à Estrada de Ferro D. Pedro II, que passou a chamar-se Estrada de Ferro Central do Brasil.

Os professores da Escola Normal, na sede do poder político brasileiro, formaram na Congregação de que faziam parte no educandário, uma representação social do processo civilizatório que se pretendia. Como tal, nunca foram neutros, porque atuavam por ação ideológica, usando estratégias e práticas para implementar, legitimadamente, a autoimagem de civilizadores.

A Congregação da Escola Normal passou a ser um espaço político-educacional de discussão para tornar possível a implantação de políticas públicas específicas da formação de professores primários para a cidade do Rio de Janeiro. Isso possibilitava que, na prática, as grandes questões não fossem apenas decididas pelo Diretor do estabelecimento. As questões, pequenas ou grandes, de fato, eram discutidas e decididas por um grupo que administrava o educandário junto com o Diretor, e por vezes, mais que ele: a Congregação.

Assim, os professores atuavam para civilizar. Com a república, foram adotadas as seguintes ações: implantação dos Gabinetes de Química e Física que instalaram com a ajuda política e financeira do ex-professor e então Ministro Benjamin Constant, em 1890, comprando o que de mais moderno era oferecido nas Exposições Universais; criação de Biblioteca na instituição, criada em 1893, com obras doadas por eles mesmos, assim como doações das livrarias em que importavam os livros comprados pela Escola Normal; modificação do currículo escolar, incluindo cadeiras “modernas e científicas” como Biologia, Sociologia, Moral, Puericultura, Psicologia etc.; participação, política e educacionalmente legitimada, do Conselho Diretor do *Pedagogium* que emanava modernidade e cientificismo republicano aos educandários públicos e privados; criação de associações, fazendo conferências públicas, para, talvez, dar mais visibilidade ao seu papel intelectual.

Quando Benjamin Constant, como Ministro da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, redigiu um novo Regulamento para aquele educandário, antes da reforma que leva seu nome (o que somente ocorreu em 1891), legitimou a Escola Normal, recriando a Congregação e fazendo-a modelar, referendando-a na missão civilizatória.

Para isso enviou o Regulamento a diferentes unidades federativas brasileiras e países, conforme informa a correspondência agradecendo a remessa, no acervo do CEMI: Carta de 11 de julho de 1890 (do Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil, em Montevidéo); Ofício nº 1285, de 27 de abril de 1891; Ofício de 25 de junho de 1890 (do Palácio do Governo do Estado do Maranhão); Ofício 135 de 23 de junho de 1890 (do Estado Federado

do Sergipe, Palácio do Governo, em Aracaju); Ofício 2929 de 20 de junho de 1890 (do Estado do Ceará, Casa do Governo); Ofício de 19 de junho de 1890 (do Palácio do Governo do Estado de Alagoas); Ofício de 18 de junho de 1890 (do Estado Federal de Santa Catarina, Palácio do Governo); Carta de 18 de agosto de 1890 (do Consulado Geral do Brazil, em Buenos Aires); Ofício 720, de 22 de agosto de 1890 (da Secretaria de Governo do Estado do Piauí); Carta de 28 de agosto de 1890 (do Consulado Geral do Brazil, em Paris); Carta de 29 de agosto de 1890 (do Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil, em Antuérpia); Ofício 133, de 30 de agosto de 1890 (do Consulado Geral do Brazil na Itália, Genova); Carta de 9 de setembro de 1890 (do Consulado Geral do Brazil, em Genebra); Carta de 1 de outubro de 1890 (do Consulado Geral do Brazil no Chile, Valparaíso); Carta de 14 de fevereiro de 1891 (do Consulado Geral do Brazil nos Estados Unidos, New York); Ofício 102, de 22 de abril de 1891 (da Diretoria do Pedagogium).

Mas, a Escola Normal e os seus professores não eram empecilho para as transformações republicanas que se desejava: as tradições que a elite republicana queria esquecer com o plano de modernização, civilização e progresso, também não eram somente a insalubridade e a ineficiência, já que esta herança advinha do período colonial. O que se pretendia esquecer, mudando hábitos, não se restringia às ruas estreitas e fétidas, envolvia também as fachadas das casas sem pintura; os estilos rurais de consumo que a população considerava natural ao transportar a vaca para tirar o leite à frente de quem desejava comprá-lo; os entrudos e os cordões do carnaval que lembravam a cultura africana.

Desejavam esquecer que o Brasil recentemente tinha libertado os escravos e que a miscigenação, embora vista com cara feia, era praticada pelos que a ela se opunham publicamente. Neste processo civilizatório, a Escola Normal ganhou maior iluminação na fachada, implementou Gabinetes das Ciências, expôs um moderno relógio a vácuo externamente, emoldurou suas janelas com cortinas, tudo que pudesse lembrar, dentro e fora, a modernidade e a austeridade de um prédio público “civilizador”.

Construir uma nação que pudesse inserir-se no mundo exigiu da república, dentre outras ações concretas e pragmáticas, manter e conservar o território, educar o povo, dar-lhe civilidade. Mas, também, espargir sobre todo o país uma cultura ideológica que o representasse, um sentimento de nação e uma língua nacional que pudesse ligar os mais distantes recantos brasileiros, dando-lhes unidade. Era esta a tarefa gigantesca do regime republicano, essa a tarefa que caberia, também, aos professores primários que, naquela Escola Normal modelar, se estavam formando.

A civilidade deveria começar, imaginavam, em redutos específicos, feitos para este fim, que objetivassem instruir e civilizar, a partir da criança, os pais: as escolas. As escolas seriam, pois, as difusoras ideológicas de como civilizar-se, posição que a família, por suas tradições retrógradas, não podia ter. Debates foram travados entre os que podiam opinar e aqueles que atuavam efetivamente nas Assembléias Provinciais, e depois nas Câmaras, sobre o melhor método para chegar aos objetivos a que se propunham (Moacyr, 1937). Esforços diferenciados foram realizados em iniciativas governamentais e particulares, em diferentes pontos do solo brasileiro para fazer chegar ao povo os ares de civilidade que se pretendia.

Esses novos pensamentos urbanos, que atingiam a Escola Normal na capital da República, foram trazidos pela modernidade que viajou para o Brasil junto com os imigrantes, que pisavam na nova terra para trabalhar na cafeicultura ou para ficar na cidade do Rio de Janeiro.

As ideias que se disseminavam entre os operários, foram se espalhando, como se boatos fossem, fazendo-os lutar por melhores condições de vida. Por conta dessa luta por fatias do poder, de não haver como transformar sonhos em realidade palpável, a república, em seus primeiros momentos, foi confusa e desorganizada até porque precisava atender ao que conhecia e ao que ainda começava a conhecer.

A inclusão de novas ideologias, anarquistas e socialistas, não podem ser omitidas se pretendemos ter uma imagem mais nítida do final do século XIX e início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, que recebia imigrantes europeus para despachá-los – ou não – a outros pontos do território brasileiro. Estes imigrantes que chegavam e ficavam na cidade, também trabalhavam nas gráficas dos jornais, que se modernizavam e proliferavam. Eles liam e estudavam Owen, Fourier e Proudhon (Rodrigues, 1976), do mesmo modo que alguns intelectuais liam e estudavam Spencer e Comte. Eles tiveram importância considerável no movimento sindical que ajudaram a construir e na formação de organizações operárias como a Confederação Operária Brasileira, criada em 1906. Eles também “civilizavam”.

As Escolas Normais brasileiras, por outro lado, criadas desde 1835, instituições formais e com legitimidade para executar o processo civilizador, tinham como seu modelo de educação secundária, nem sempre atingido, o Imperial Colégio de Pedro II.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O Colégio nasceu da reorganização do antigo Seminário de São Joaquim, conforme projeto apresentado à Regência de Araujo Lima (1837-1840) pelo então Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos. Inaugurado em 1837, na data de aniversário do imperador (2 de dezembro) foi denominado Imperial Colégio de Pedro II (Gondra & Schueler, 2008, p. 127).

Por vezes uma única disciplina, Pedagogias, as diferenciava do ensino secundário. Escolas Normais surgiram em inúmeros pontos do território nacional, tendo existência efêmera ou mais duradora, provavelmente, pelas seguintes razões: desânimo dos normalistas frente aos poucos salários pagos quando formados professores primários; dependência das possibilidades financeiras provinciais; a resistência social a favor da co-educação também dificultava o processo metodológico que se pretendia; e o problema que todas as províncias enfrentavam, com maior ou menor vigor, que eram as despesas da casa-escola com as quais os professores também arcavam.

### **Rede de sociabilidade**

Muitos professores da Escola Normal da Praça d'Aclamação pertenciam a associações literárias, científicas, políticas, beneficentes ou de instrução, que tinham maior ou menor valor representativo, de acordo com o passar do tempo. Este fato demonstra a rede de sociabilidade a que pertenciam, além do grupo diferenciado da Escola Normal, que muitas vezes respaldou as vicissitudes dos embates que vivenciaram. Esta rede de sociabilidade foi muitas vezes utilizada quando se pretendia obter um favor, um outro emprego ou mostrar as qualidades que o professor tinha, seja através de palestras, conferências ou viagens pedagógicas subvencionadas pelo governo. Demonstram o uso dessa rede atitudes inusitadas como, por exemplo, no caso de Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Fora demitido da Escola Normal, porque era ferrenho monarquista, tão logo foi instaurada a República. Sua proximidade com Benjamin Constant, por quem foi dirigido na Escola Normal, permitiu que a demissão fosse revertida para aposentadoria, o que levou o professor e jornalista a não perder as vantagens pecuniárias (Mendes, 1937). Também Theófilo das Neves Leão, monarquista, conseguiu por intermédio de seus conhecimentos na Sociedade Promotora de Instrução e da igual proximidade com Benjamin, ter sua aposentadoria reconhecida pelo Governo Provisório, mesmo tendo sido aposentado nos últimos dias do Governo Imperial, cujos atos foram todos invalidados.

Enfim, todos os professores da Escola Normal tinham, no século XIX, intervenção política e ação acadêmica, condições precípuas de um intelectual. Como a imprensa e a literatura se confundiram no final do século XIX e início do XX, as opiniões, assim como as prosas e os poemas, se multiplicavam em periódicos de curta duração (Sodré, 2004). A todos, especialmente aos letrados e cultos, era dada a possibilidade de opinar e os que

opinavam, se conheciam, se visitavam e se encontravam em bares, editoras, ou outros locais de convivência.

Todos, como intelectuais e professores, sofreram influência da modernidade tecnológica e influenciaram, através de sua ação docente, não só estes avanços, mas as ciências no Brasil, conduzindo a Escola Normal da capital da República cada vez mais a desenvolver, através da formação de professores, a meta civilizatória republicana.

A rede de sociabilidade permaneceu na Escola Normal republicana com as benesses que foram concedidas por Benjamin Constant, seu primeiro diretor, seu mais antigo professor e presidente, de cinco Congregações: a instalação dos gabinetes de física e química (Santos, 2009) solicitados desde 1888 e a criação do novo Regulamento que permitiu a (re)conquista da legitimidade da Congregação de professores, o que permitiu que a instituição continuasse a sua missão civilizadora.

### **Fechando as janelas na praça d’Aclamação, 56**

Ao fechar as janelas e divisar a rua, tudo parecia diferente com a república. A cada novo olhar as mudanças civilizatórias da cidade se faziam sentir. Elas apareciam na iluminação pública que tornava a cidade, à noite, resplandecente, lembrando Paris. O prédio da Escola Normal – findo o curso noturno, silencioso sem a voz da juventude sempre impetuosa e os pigarros e “boas-noites” dos professores que saíam – parecia perder sua alma. Aos poucos era a rua que se agitava com tanta gente e silenciava tão logo as conduções – o *bond* e o trem – engoliam os transeuntes para deixá-los em casa.

A Escola Normal, iluminada, ficava vazia e barulhenta apenas com o rugir dos pequenos ratinhos que saíam das frestas, até então imperceptíveis, no assoalho que rangia de leve. Por trás dessas janelas, na Praça d’Aclamação, número 56, se viu o Brasil tornar-se república e se puderam acompanhar as transformações civilizadoras da cidade do Rio de Janeiro. Do lado de dentro da Escola Normal, sentiram e vivenciaram as modernidades e a tecnologia de que tanto se falava. Tudo para trazer, com os futuros professores, a civilidade europeia aos trópicos. Todas as estratégias foram tomadas para civilizar: era a meta.

Sonhos foram se tornando, a cada dia, realidades ou utopias. E a Escola Normal, no centro geográfico da cidade, participando do progresso que chegava. Os professores,

intelectuais de sua Congregação, ao escreverem o que viam, na Escola e na cidade, continuavam sonhando: eram idealistas.

É noite, a rua, vai se esvaziando, é hora e lugar de fazer *as celebrações e as revoltas* (João do Rio, 1995, p. 4). A última janela da Escola Normal se fecha, no gabinete do Diretor. As cortinas cerradas impedem a visão da rua e a entrada do burburinho da Praça. É noite, e como os professores, a cidade sonha, sorrindo, que um dia será Paris.

## Referências

- ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. *Relatório do ministro e secretário dos negócios do Império*, 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laëmmert, 1889.
- BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CARDEMAN, Davi; CARDEMAN, Rogério G. *O Rio de Janeiro nas alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., 2007.
- CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL (CEMI). *Escritura de venda do terreno à Rua Mariz e Barros, 273*. Rio de Janeiro, Freguezia do Engenho Velho, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Planta arquitetônica do projeto de construção da escola normal do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Brunhs e Cortez arquitetos, 1928.
- \_\_\_\_\_. *Regulamento anexo ao decreto 407 de 17 de maio de 1890*.
- \_\_\_\_\_. *Correspondências (1890-1891)*. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. *Atas da congregação*. Manuscrito.
- GOMES, Angela de Castro. “A escola republicana: entre luzes e sobras”. In: GOMES, Angela de Castro *et al* (coords.), *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GONDRA, J. Gonçalves; SHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LIMA BARRETO. *Recordações de Isaías Caminha*, Rio de Janeiro: A. de Azevedo & Costa, 2ª ed., 1917.
- MACHADO DE ASSIS. *Esaú e Jacó*, obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. (Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1904).
- \_\_\_\_\_. *Histórias da meia noite*. Minas Gerais: M & M, 1873. Disponível em: [http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/download/Historias\\_da\\_meia\\_noite.pdfM](http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/download/Historias_da_meia_noite.pdfM)
- O MALHO. Rio de Janeiro, nº 1, 1902. Disponível em <http://www.memoriaviva.com.br/omalho/>.
- MENDES, Raymundo T. *Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império. Subsídios para a história da educação no Brasil, 1850-1887*, 2º vol. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 87, 1937.

- NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em *trompe l’oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da república velha”. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia e GONDRA, José G. (orgs), *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Coleção Biblioteca Carioca, v.4, série literatura. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informática Cultural, Departamento de Editoração, 1995.
- RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e conflito: pesquisa 1906-1937*. Rio de Janeiro: Arte Moderna Ltda, 1976.
- SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. “Pelos vapores do progresso: a implantação dos gabinetes de física e química na escola normal do Distrito Federal”. Rio de Janeiro: SBHE, UERJ, *Anais do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana*, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Entre papéis de memória: a congregação da escola normal da corte”. *Anais SBHE, V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sergipe, Aracaju: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008 (CD).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 4ªed., 1999.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as lições de coisas*. Campinas: Autores Associados, 2004.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é investigar a forma como a Escola Normal absorveu e impulsionou as mudanças no regime político republicano, que de suas janelas viu nascer. A visão das janelas suscitou sonhos de professores da volta de uma congregação que fora extinta em 1888 e a estupefação de alunos e transeuntes. Essa aparente contradição instigou a pesquisa do que aconteceu na Escola Normal, no importante momento de transição de regime político nacional.

**Palavras-chave:** Escola normal republicana; Missão civilizatória; Congregação de professores.

**Abstract:** The objective of this article is to investigate how the Escola Normal absorbed and propelled the changes in the republican political regime, which from its windows beheld the birth. This vision aroused the dreams of teachers of the back of a congregation that was extinguished in 1888 and the stupefaction of students and passers-by. This seeming contradiction instigated the research of what happened in the Escola Normal in the important moment of the political regime transition.

**Keywords:** Normal school republican; Civilizing mission; Congregation of teachers.

Recebido em: 28/07/2011

Aceito em: 28/02/2012